

14 - Entrevista com Elza Paulina de Souza, ex-Secretária Municipal de Segurança Urbana de São Paulo

Interview with Elza Paulina de Souza, Former São Paulo Municipal Secretary for Urban Security

Ana Cristina da Cruz Fonseca¹

Elza Paulina de Souza²

RESUMO

Elza Paulina de Souza é uma personalidade de destaque nacional na área de segurança pública, tendo sido a primeira mulher a comandar a Guarda Civil Metropolitana (GCM) de São Paulo e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU). Ao longo de sua carreira, promoveu políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência contra mulheres e meninas e fomentou programas de capacitação e prevenção, com destaque para a institucionalização do Programa Guardiã Maria da Penha. Nos 20 anos da Lei Maria da Penha, a ex-Secretária concedeu entrevista fazendo um balanço dos efeitos da norma, bem como reflexões críticas acerca do machismo estrutural, da responsabilidade coletiva, da violência institucional, da interseccionalidade e das questões culturais que permeiam o tema.

Palavras-chave: Elza Paulina de Souza; violência contra as mulheres; violência institucional; Guarda Civil Metropolitana; interseccionalidade; Lei Maria da Penha.

¹ Assistente Administrativa de Gestão Nível I da Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo, lotada na Divisão de Análise e Planejamento. anacruzfonseca@prefeitura.sp.gov.br

² Mestra em Cidades Inteligentes e Sustentáveis pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), onde atualmente é doutoranda. Atua na área de segurança pública desde 1986. Foi a primeira mulher a assumir a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e o Comando-Geral da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, com atuação destacada no enfrentamento à violência contra a mulher. epsfisio@gmail.com

ABSTRACT

Elza Paulina de Souza is a nationally prominent figure in the field of public security, having been the first woman to lead both the São Paulo Metropolitan Civil Guard (GCM) and the Municipal Secretariat for Urban Security (SMSU). Throughout her career, she promoted public policies aimed at addressing violence against women and girls and fostered training and prevention programs, particularly the institutionalization of the Guardiã Maria da Penha Program. On the 20th anniversary of the Maria da Penha Law, the former Secretary gave an interview assessing the effects of the law and offering critical reflections on structural sexism, collective responsibility, institutional violence, intersectionality, and the cultural issues surrounding the subject.

Keywords: Elza Paulina de Souza; violence against women; institutional violence; Metropolitan Civil Guard; intersectionality; Maria da Penha Law.

1 INTRODUÇÃO

Elza Paulina de Souza é ex-Secretária de Segurança Urbana da cidade de São Paulo, cargo que ocupou de 2021 a março de 2024. Nascida em Marília em 1966, filha de lavradores, começou sua trajetória como empregada doméstica e operadora de trator. Aos 19 anos, mudou-se para a cidade de São Paulo e ingressou na Guarda Civil Metropolitana (GCM), fazendo parte da primeira turma feminina em 1986. Passou por todos os cargos na carreira, chegando ao posto de inspetora-superintendente. Em 2019, foi a primeira mulher a assumir o comando geral da GCM e, em 2021, a Secretária Municipal de Segurança Urbana de São Paulo (SMSU). Ampliou o Programa Guardiã Maria da Penha, consolidando-se como referência no combate à violência contra a mulher. Compartilhou conhecimentos na Escola Municipal de Administração Pública (EMASP) e na Academia de Formação em Segurança Urbana, formando e treinando novos profissionais nas áreas de Ética, Postura e Liderança. É graduada em Fisioterapia e Filosofia e possui Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis pela UNINOVE. É doutoranda em Cidades Inteligentes e Sustentáveis pela UNINOVE. É coautora do livro “Mulheres na segurança pública”, publicado pela editora Leader. Recebeu os seguintes prêmios: Troféu Raça Negra, Prêmio Viva na Categoria Segurança e Justiça e Mulheres que fazem a diferença pelo Consulado dos EUA.

2 ENTREVISTA

Ana (Pergunta): Estimada ex-Secretária, a senhora foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Secretária Municipal de Segurança Urbana na maior cidade da América do Sul. Sabemos que ainda há pouca representatividade nessa área; a Folha de S. Paulo reportou, em janeiro, que, em 2026, apenas uma mulher chefia, em nível estadual, a pasta de segurança pública. O Ministério da Justiça, em mais de 200 anos, só foi chefiado por homens. Levando em conta este recorte de gênero, quais foram os principais desafios enfrentados no período em que esteve à frente da SMSU?

Elza: Ocupar o cargo de secretária de Segurança Urbana, para mim foi uma honra, foi uma alegria, mas também, como você disse, um desafio. Principalmente porque eu já vinha de uma trajetória também histórica, de ter sido a primeira mulher a ser comandante-geral da Guarda Civil Metropolitana. Nós tivemos uma outra mulher que chefiou a guarda interinamente e, no meu caso, eu fui a primeira mulher que o prefeito nomeou e fiquei na posição durante quase dois anos. Foi um desafio, primeiro, pela questão do machismo, da resistência cultural, do machismo institucional, porque a segurança pública é um campo onde muito raramente há espaço para mulheres. É um espaço masculino, militarizado e patriarcal. Quando a gente assume esse posto, temos o desafio de desconstruir esse ceticismo, essa questão de as pessoas não acreditarem na nossa capacidade de liderança em virtude de sermos mulheres. A segunda questão, ainda dentro dessa capacidade de liderar, é legitimar essa liderança, porque o homem e a própria estrutura institucional têm esse ceticismo com relação à nossa capacidade de liderar. E, muito pelo contrário, o fato de ser mulher pode fortalecer a segurança. No entanto, temos questões de viés inconsciente e microagressões; trata-se daquele padrão de que a assertividade é vista como positiva no homem e negativa na mulher, associada à grosseria, à agressividade. Nós nos sentimos tão cobradas que precisamos de reafirmação o tempo inteiro, e esse é um terceiro ponto. Aqui entra a questão das redes de apoio: os homens têm essa questão muito presente, enquanto as mulheres

foram ensinadas a competir desde pequenas. Então, acredito que esses espaços que vamos ocupando estrategicamente nos forcem a confrontar todas estas limitações e romper com todos estes processos, o que gera um desgaste extremo, inclusive emocional. Ocupar esses espaços é um processo muito solitário.

Ana (Pergunta): A senhora mencionou questões institucionais, como a reprodução do machismo institucional. Como a senhora avalia a evolução do sistema de justiça, levando em conta o desenvolvimento e aprimoramento contínuo de protocolos de atendimento, escuta humanizada e redes de apoio? Ainda assim, a senhora enxerga muita reprodução de violência institucional nestes espaços?

Elza: Sim. Temos que reafirmar que houve uma evolução muito grande na justiça, especialmente na parte normativa, mas ainda é muito intrínseco esse machismo institucional. O Programa Eles Por Eles, da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, se dá nesse viés de estabelecer redes de conversa, de conversar exatamente sobre essa questão do machismo estrutural, porque trata da base, é o que alimenta o patriarcalismo, a cultura de que um ser é diferente do outro; na filosofia, chamamos isso de coisificação do ser, isto é, o homem é considerado o sujeito dentro de uma cultura patriarcalista, e a mulher, a coisa. E a mulher, colocada nessa posição, acaba acreditando que ela é a coisa. E agora, neste momento histórico, a mulher não aceita mais ser a coisa; também queremos assumir o lugar de sujeito, de sujeito de direito, com os mesmos direitos que os homens, as mesmas oportunidades. Portanto, a institucionalidade dessas culturas se dá também através de uma estrutura burocrática. Há dificuldade de promover evoluções pautadas em movimentos conscientes. O que eu digo é: nós temos normas e nós temos uma lei, a Lei Maria da Penha, então nós precisamos conversar sobre essas normas e sobre essa lei. A conversa deve acontecer em casa, mas também fora dela, com o meu vizinho, por exemplo. Pois há um limite de ação, a partir do qual o outro assume um papel de responsabilidade.

Ana (Pergunta): Ex-Secretária, neste sentido, há um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)³ que concluiu que, 9 em cada 10 mulheres que sofreram violência no último ano, 2025, disseram que alguém presenciou o episódio; em 27% dos casos as testemunhas foram os próprios filhos. A senhora acredita que existe um fator cultural envolvido? Afinal, o brasileiro cresceu ouvindo que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Qual o papel de quem presencia a violência?

Elza: Sim. Exatamente. Em minhas palestras, eu sempre digo: presenciou, mete a colher sim! Ligue no 190⁴. Hoje, vivemos uma cultura digital, do celular, pautada em filmar antes, para depois publicar. O que precisamos ter em mente é que se trata de uma vítima, de uma vida em risco de morte. Então, ouvir uma mulher sendo jogada pela janela de um apartamento e um vizinho falar que não ouviu não é algo admissível. Inclusive, hoje temos, no estado, uma lei tratando da obrigatoriedade dos síndicos e zeladores em chamar a polícia nesses casos⁵, ou seja, há um protocolo quanto a isso. Os protocolos existem. É necessário operacionalizarmos esses protocolos. Portanto, cabe à sociedade entender que ela também é responsável; eu, também como cidadã, tenho que fazer o meu papel, e preciso ser um instrumento para auxiliar o Estado nessa questão. É

³ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil - 5ª edição - 2025. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/7c9f57aa-e7d6-4d96-8f11-768fe85a2084>.

⁴ Em referência ao número de telefone da Polícia Militar, gratuito e disponível em todo o território nacional, que deve ser utilizado em casos de necessidade ou socorro imediatos. Alguns estados também contam com versão em aplicativo.

⁵ Em referência à Lei estadual nº 17.406, de 15/09/2021, que obriga os condomínios residenciais e comerciais no Estado a comunicar os órgãos de segurança pública quando houver em seu interior a ocorrência ou indícios de episódios de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.

um dado alarmante, em especial quando você fala que 27% dos que presenciam a violência são os próprios filhos. Eu os chamo de “Filhos do Silêncio”, porque a criança que está ali, que presencia a violência, muitas vezes acaba com a mãe morta e o pai preso; para onde vão essas crianças? Precisamos refletir sobre isso. Precisamos entender que estamos produzindo filhos, esses “filhos do silêncio”, com grandes complexidades dentro da sua feitura humana, que podem apresentar desafios no futuro. Precisamos agir. Precisamos ligar no 190 ou para o 153 — pode ser feito de qualquer celular, não há necessidade de se identificar — e falar, se tivermos conhecimento do fato, de que há uma violência em um determinado lugar. O estado tem instrumentos, nem sempre os mais eficazes, mas que podem ser usados para investigar, para oferecer saúde da família, para encaminhar à assistência social, enfim. E isso também se aplica a uma criança, ou um idoso, porque a violência doméstica é a violência que acontece no âmbito familiar. Às vezes, a pessoa não entende, não enxerga que aquilo que está sofrendo é uma violência. Em São Paulo, temos a rede de atendimento mais robusta do país, então procurar um centro de acolhida ou um posto médico também é um caminho, pois a saúde está também preparada para receber esse tipo de denúncia.

Ana (Pergunta): A senhora mencionou múltiplos equipamentos públicos e uma série de iniciativas municipais de enfrentamento da violência doméstica. Dada sua experiência na administração pública, como podemos garantir que políticas públicas de proteção às mulheres assegurem orçamento público para sua manutenção a longo prazo, sendo efetivadas como políticas de estado e não políticas de governo?

Elza: Acredito que este é o maior desafio, garantir que uma política pública vire política de estado. Quando eu assumi a iniciativa Guardiã Maria da Penha, em 2018, fui confrontada com uma questão existencial. Ou ele seria extinto, porque tinha sido criado em 2014 e, em 2018, ainda só contava com duas viaturas e 8 equipes, ou iríamos ampliar seu escopo, transformando-o em um programa. Não podia ficar por dois anos com duas viaturas,

atendendo só a região central e o resto da cidade, tamanho que essa cidade é. E avançar neste processo foi importante, além do aspecto institucional, para mim enquanto cidadã, enquanto pessoa, enquanto mulher e mulher preta. Isso porque eu já havia sido designada para trabalhar com tráfico de pessoas anteriormente, e foi uma experiência emocionalmente pesada. Então, eu comecei no Programa Guardiã Maria da Penha com ressalvas. E aí veio o primeiro caso. Foi o caso de uma criança de 3 anos que estava sendo abusada pelo padrasto, que foi preso. Fiquei extremamente impactada, e eu percebi que precisava entender por que é que esse tipo de coisa acontece. E nesse processo, me descobri também uma mulher com preconceitos, com comportamentos patriarcais. E eu, também, me desconstruí, para não permitir que um preconceito seja instrumento de violência na vida do outro. Precisamos trabalhar com acolhimento, escuta ativa, sem julgamento. A violência doméstica é tão danosa à sociedade; é um dos crimes mais bárbaros que existem. E aqui temos o grande diferencial da Lei Maria da Penha, pois ela traz uma ação do privado para o público, e traz também a responsabilidade. É necessário termos consciência de que nós somos cidadãos e, em um regime democrático, temos nossa parcela de responsabilidade inclusive com relação aos crimes que acontecem. Portanto, voltando ao ponto principal da pergunta, o que fazer para que essas propostas sejam de política de estado e não de governo, para que, de fato, tenham orçamento? Em suma, sensibilização, capacitação e formação continuada de todos os envolvidos no processo da rede de acolhimento, o que envolve ações de justiça, sociais, judiciárias, de saúde, de educação. E falo educação para além do aspecto formal, mas sim da mudança de comportamento. Gosto do exemplo do cinto de segurança, que derivou de uma lei enérgica, mas também de um processo de educação.

Ana (Pergunta): Tratando do aspecto normativo, este ano comemoramos 20 anos da Lei Maria da Penha. Qual balanço a senhora pode fazer a respeito deste instrumento após 20 anos de vigência?

Elza Me incomoda muito quando ouço que a lei não funciona, ou que a medida protetiva não funciona. A Lei Maria da Penha é um mecanismo extraordinário, pois, como eu disse anteriormente, ela trouxe uma ação do privado e a trouxe à tona, aos olhos públicos, digamos assim. Além disso, a lei fez com que os agentes de segurança se adequassem para atender esse tipo de situação. A lei deu luz também à tipificação de ações que eram consideradas comuns, aceitas como parte da relação, ou seja, transformou em crime uma ação que estávamos acostumados a testemunhar. Ademais, conceitua três aspectos importantes: a prevenção, a judicialização e a punição. A violência não é só física, e passa a ser entendida como psicológica também. Recentemente, passou a incluir a violência vicária. A lei é completa, porque também fala do que fazer após a ação: a GCM é encarregada disso, a PM, daquilo. O Judiciário faz isso, o Ministério Público, aquilo. É por isso que é considerada uma das 3 melhores leis do mundo.

Uma vez, fiz uma palestra para quase 700 alunos. Perguntei no começo da palestra se alguém já havia sofrido violência doméstica ou violência de gênero, e quase ninguém levantou a mão, apenas uma ou outra pessoa, muito rapidamente, com vergonha. Então comecei minha exposição, fiz a conversa e no fim da aula, perguntei novamente se alguém já havia sofrido violência doméstica. Todo o público levantou a mão. A Lei Maria da Penha trouxe luz a essas questões para nós. E há outra questão importante na lei.

Quando falamos em política de estado, a lei nos provoca a fazer políticas efetivas. E o que são políticas efetivas? Hoje o programa Guardiã Maria da Penha é uma política de estado, mas até pouco tempo era de governo. E presenciamos muitos casos assim; muda o governo e se desfaz o que o anterior fez. E como evitar isso? A partir do momento do envolvimento da sociedade; hoje, o Programa Guardiã Maria da Penha em São Paulo tem amplo apoio social, há um público que confia no serviço, cuja confiança e credibilidade derivam da capacitação continuada de um efetivo que tem condições e busca sempre se aprimorar diante das novidades que a lei também traz.

Outra coisa que não podemos esquecer nesse processo é a interseccionalidade e a integração com os outros órgãos. É necessário ter uma boa relação, independentemente da política partidária. Enquanto o município, o estado e a União param de dialogar por questões partidárias, a vida de alguém pode estar em risco.

Ana (Pergunta): Levando em conta todos os desafios expostos ao longo desta conversa e sua vivência como agente de segurança pública, que temas relacionados ao enfrentamento à violência contra a mulher a senhora acredita que pesquisadores(as) devam investigar em seus estudos futuros?

Elza: A pesquisa científica precisa acontecer. No entanto, precisa haver uma conexão da universidade com a *práxis*, pois há uma questão de acessibilidade, não é? A universidade precisa caminhar junto com a necessidade, e não apenas observar de longe, apartada da sociedade como um todo. Posto isto, é a prática que vai nos mostrar qual é a dificuldade que temos de implementar as políticas. Há algumas coisas que podemos considerar. Vou dar um exemplo. Mensurar a efetividade da Patrulha Maria da Penha é uma pesquisa difícil, pois é necessário dialogar com quem passa pela patrulha, que muitas vezes não quer falar. Outra coisa que devemos pesquisar é a formação do Guarda Civil Metropolitano, inclusive, tema atual de minha pesquisa de doutorado, mais voltada à questão de gênero dessa formação, em que emerge a questão da interseccionalidade, por exemplo. Se a interseccionalidade não estiver presente na execução, na formatação de políticas públicas, a violência é reforçada. Então a primeira coisa que precisamos é aproximar a pesquisa da sociedade civil e da prática. Além de pesquisas acerca de efetividade e interseccionalidade, a universidade pode ajudar bastante também a entender as novas tecnologias e seus impactos nas questões de gênero. Outra contribuição da universidade é fomentar a discussão sobre a educação e ressocialização do homem, do gênero masculino. A pesquisa universitária pode ser um meio de libertação, mas também de condenação; então, a universidade é um instrumento fortíssimo

para que consigamos evoluir na questão da prevenção, na desconstrução do machismo e na desconstrução de preconceitos. Quando publicamos, é uma forma de cobrar o poder público. Pesquisas e perguntas responsáveis e coerentes são um instrumento de cobrança e de provocação.

Data da submissão: 28.05.2026.

Data da aprovação: 26.08.2026.